



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2020

Processo Licitatório nº.: **018/2020**

Modalidade: Pregão Presencial nº.: **014/2020**

Procedimento: Registro de Preços nº.: **004/2020**

Fiscal da Ata de Registro de Preços: **Correspondente a cada secretaria**

Gestor da Ata de Registro de Preços: **Mateus Araújo de Freitas**



Por esta Ata de Registro de Preços de fornecimento, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO CARLOS NOGUEIRA DE CASTILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 211.171 da SSP/DF e do CPF nº 096.557.941-72, residente e domiciliado na Rua José Félix, nº 59, Centro, em Presidente Olegário - MG, doravante

denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **CIDINEIA LIMA SANTOS 11144591600**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. 26.425.324/0001-65, situada na Rua Nogueira da Gama, nº 158, Bairro Joao Pinheiro, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30530-100, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, a Sra. **CIDINEIA LIMA SANTOS**, inscrito no CPF nº. 111.445.916-00, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente Ata, sob a regência das Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Municipal de nº. 1.091 de 13 de dezembro de 2018 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre do Processo Licitatório nº. 018/2020 por meio do Pregão Presencial nº. 014/2020 pelo procedimento de Registro de Preços 004/2020 regido pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 1.091 de 13 de dezembro de 2018 e demais normas pertinentes.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do Edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** no Processo Licitatório nº 018/2020, Pregão Presencial nº 014/2020 por Registro de Preços nº 004/2020.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O objeto da presente ata é o **REGISTRO DE PREÇOS destinado a futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios.**

- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Turismo;
- Secretaria Municipal de Estradas e Transportes;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. São obrigações da CONTRATANTE:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

3.1.2. Efetuar o pagamento em conformidade com a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.3. Responsabilizar-se pela designação de servidor para recebimento e conferência dos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – compradireta@po.mg.gov.br

produtos entregues pelas empresas contratadas.

3.2. São obrigações da CONTRATADA:

3.2.1. Cumprir fielmente esta Ata de Registro de Preços, executando-a sob sua inteira responsabilidade, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial;

3.2.2. Responsabilizar-se por todos os encargos que incidirem sobre a execução desta Ata;

3.2.3. Será de responsabilidade da contratada a perfeita execução do objeto desta Ata.

3.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao fornecimento.

3.2.5. A contratada deverá se responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: remuneração dos funcionários, eventuais despesas com transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações por rescisões e quaisquer outras que forem devidas aos contratados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

3.2.6. Manter, durante a vigência desta ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. A presente ata de registro de preços tem o seu valor com o total de **R\$125.258,00 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais)**, conforme tabela transcrita:

CIDINEIA LIMA SANTOS 11144591600						
038	CARNE BOVINA DE 2 QUAL. EM PEDAÇOS	GRAND MINAS	2.200	KG	16,80	36.960,00
039	CARNE BOVINA MOIDA 2ª QUALIDADE	GRAND MINAS	2.410	KG	12,80	30.848,00
040	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECOXA SEM TEM	REAL ALIMENTOS	3.750	KG	5,65	21.187,50
041	CARNE DE FRANGO TIPO PEITO DE FRANGO	REAL ALIMENTOS	50	KG	6,05	302,50
042	CARNE SUINA TIPO PERNIL TRASEIRO S/ OSSO	GRAND MINAS	2.200	KG	11,80	25.960,00
109	LINGUIÇA TOSCANA	GRAND MINAS	1.000	KG	10,00	10.000,00
Total do Fornecedor:						125.258,00

4.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **10 (dez)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.

4.3. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

4.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

4.4.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

4.5. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

4.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

4.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

4.8. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – compradireta@po.mg.gov.br

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

5.1. Os valores não sofrerão qualquer reajuste no período de vigência desta ata, e somente poderão ser alterados com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93, em hipótese alguma, o fornecedor poderá paralisar o fornecimento.

5.2. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa com as aquisições correrá à conta das dotações orçamentárias abaixo, relativas ao exercício de 2020 e suas correspondentes ao ano posterior:

61 – 02.02.01.04.122.0402.2313.3.3.90.30.00. Material de Consumo	Material de Consumo
97 - 02.04.01.12.122.1201.2078.3.3.90.30.00. Material de Consumo	230-02.04.03.13.392.1301.2308.3.3.90.30.00. Material de Consumo
107-02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00. Material de Consumo	237-02.04.03.13.392.1301.2309.3.3.90.30.00. Material de Consumo
113 - 02.04.01.12.361.1202.2087.3.3.90.30.00. Material de Consumo	272 - 02.05.01.10.122.1002.2071.3.3.90.30.00. Material de Consumo
113 - 02.04.01.12.361.1202.2087.3.3.90.30.00. Material de Consumo	281 - 02.05.01.10.122.1002.2122.3.3.90.30.00. Material de Consumo
137 -02.04.01.12.365.1203.2322.3.3.90.30.00. Material de Consumo	296 -02.05.01.10.301.1001.2027.3.3.90.30.00. Material de Consumo
137 -02.04.01.12.365.1203.2322.3.3.90.30.00. Material de Consumo	343-02.05.01.10.302.1001.2024.3.3.90.30.00. Material de Consumo
147 -02.04.01.12.365.1203.2323.3.3.90.30.00. Material de Consumo	353-02.05.01.10.302.1001.2304.3.3.90.30.00. Material de Consumo
147 -02.04.01.12.365.1203.2323.3.3.90.30.00. Material de Consumo	370 - 02.05.01.10.303.1001.2116.3.3.90.30.00. Material de Consumo
156-02.04.01.12.366.1204.2093.3.3.90.30.00. Material de Consumo	380-02.05.01.10.304.1003.2032.3.3.90.30.00 Material de Consumo
175 - 02.04.02.12.361.1202.2102.3.3.90.30.00. Material de Consumo	390 -2.05.01.10.305.1003.2033.3.3.90.30.00. Material de Consumo
194-02.04.02.12.365.1203.2237.3.3.90.30.00. Material de Consumo	40302.06.01.04.122.0402.2007.3.3.90.30.00 Material de Consumo
202-02.04.02.12.365.1203.2238.3.3.90.30.00. Material de Consumo	418-02.06.02.08.243.0801.2061.3.3.90.30.00 Material de Consumo
225 - 02.04.03.13.391.1302.2115.3.3.90.30.00. 432-2.06.04.08.243.0801.2324.3.3.90.30.00 Material de Consumo	432-2.06.04.08.243.0801.2324.3.3.90.30.00. Material de Consumo
438-2.06.04.08.244.0801.2126.3.3.90.30.00 Material de Consumo	522-02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.30.00. Material de Consumo
438-2.06.04.08.244.0801.2126.3.3.90.30.00. Material de Consumo	Material de Consumo
446-2.06.04.08.244.0801.2138.3.3.90.30.00 Material de Consumo	555 - 02.08.01.15.452.1501.2051.3.3.90.30.00. Material de Consumo
	583-2.09.01.04.122.0402.2049.3.3.90.30.00. Material de Consumo
	597-2.09.01.26.782.2601.2050.3.3.90.30.00. Material de Consumo



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – compradireta@po.mg.gov.br

456-2.06.04.08.244.0801.2997.3.3.90.30.00	Material de Consumo
Material de Consumo	628 -02.11.01.06.181.0601.2020.3.3.90.30.00.
466-02.07.01.04.122.0402.2223.3.3.90.30.00	Material de Consumo
Material de Consumo	633 - 02.11.01.06.181.0601.2021.3.3.90.30.00.
478 - 02.07.01.11.331.1101.2026.3.3.90.30.00.	Material de Consumo

6.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

7.1. O prazo de validade desta ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, a contar da data de sua assinatura, findando em **17 de abril de 2021**.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO

8.1. Todos os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no Almoxarifado Central, salvo disposição ao contrário, conforme determinação da secretaria solicitante, desde que seja dentro do perímetro urbano, sem nenhum ônus para esta municipalidade;

8.2. A entrega deverá ser realizada parcialmente, de acordo com as quantidades e descrições contidas na NAF, impreterivelmente no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos, após seu recebimento;

8.2.1. *Os itens desta licitação podem ser cotados com medidas diferentes das solicitadas, para mais ou para menos, desde que sejam entregues nas quantidades requisitadas na Naf.*

8.3. A entrega não efetuada no prazo determinado anteriormente sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes;

8.3.1. Ao participar deste certame, as licitantes se comprometem a acompanhar o e-mail informado no ANEXO I para apurar o recebimento de NAF;

8.3.2. Excepcionalmente, desde que devidamente justificados e aceitos pela administração, serão tolerados pequenos atrasos;

8.3.3. Após transcorridos 20 dias consecutivos, constatada a não entrega dos produtos, a empresa será notificada extrajudicialmente.

8.4. A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - MG reserva-se no direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório;

8.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados;

8.6. O contratado ficará obrigado a aceitar de volta, os itens licitados, na hipótese de recusa pelo Município, por não atender as exigências do edital.

8.7. A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - MG reserva-se no direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

8.8. O Sistema de Registro de Preços tem como objetivo, manter na entidade o registro de propostas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão, dessa forma, a entidade licitante não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores, o total do quantitativo previsto.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A recusa do adjudicatário em fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – compradireta@po.mg.gov.br

- 9.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 9.1.2. multas;
- 9.1.3. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;
- 9.1.4. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;
- 9.1.5. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.
- 9.2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;
- 9.3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;
- 9.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição;
- 9.5. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato;
- 9.6. Extensão das penalidades:
 - 9.6.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:
 - 9.6.1.1. retardarem a execução do pregão;
 - 9.6.1.2. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
 - 9.6.1.3. fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
 - 10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
 - 10.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - 10.1.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).
- 10.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 10.2.1 - Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – compradireta@po.mg.gov.br

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, 17 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

João Carlos Nogueira de Castilho
Prefeito Municipal

Mateus Araújo de Freitas

Secretaria Municipal de Administração

CIDINEIA LIMA SANTOS 11144591600

Cidineia Lima Santos

TESTEMUNHAS:

I - _____
Ronaldo Alves Pereira CPF.: 365.840.456-68

II - _____
Fabrícia Cristina C. B. Gomes CPF.: 096.833.046-05